

Interatividade é a marca do Portal e-Cidadania

Novo portal aumenta a possibilidade de o cidadão participar do processo legislativo, com a proposição de projetos de leis e de audiências públicas. Ferramentas para fiscalização da administração pública também estão disponíveis na página

Joseana Paganine

SUGERIR A REALIZAÇÃO de debate em comissão e propor a criação de novas leis. Essas são algumas das possibilidades oferecidas pelo Portal e-Cidadania, disponível na página do Senado na internet. Lançado no dia 15 de maio, o portal já recebeu 27 propostas de legislação e 17 sugestões de debate.

Para começarem a tramitar como requerimento de audiência pública ou projeto de lei, as propostas precisam ser votadas pelos internautas. Cada uma deve receber, no mínimo, 20 mil votos no prazo de quatro meses, para ser, então, enviada à Presidência do Senado e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Apresentar uma ideia é fácil: basta preencher formulário muito simples disponível no portal, que não exige conhecimento de técnica legislativa. Também não é preciso se identificar. Antes de ser colocada em votação, a proposta passa por análise que avalia se o conteúdo é constitucional e se há duplicidade com projeto ou com legislação já em vigor.

Entre as ideias de novas leis mais votadas, está a que torna obrigatória iluminação pública em rodovias, com 510 votos até o momento. Segundo o autor, as rodovias são mais perigosas à noite por falta de iluminação. “Se ela for obrigatória, o índice de acidentes diminuirá. Um bom exemplo é a BR-070, no trecho que passa pelo Distrito Federal, que já se encontra todo iluminado”, justificou.

Outra proposta que já recebeu grande número de apoios, 156, inclui no currículo escolar mais atividades artísticas e esportivas. “A intenção é fazer da escola um lugar atrativo, que dê orgulho de pertencer”, avalia o autor.

Entre as sugestões de audiência pública, está a que propõe o debate sobre o Projeto de Lei do Senado 288/06, do senador Paulo Paim (PT-RS), que permite a acumulação de cargos públicos quando só um deles é remunerado. O autor propõe como convidados para o debate os juízes Leopoldo Mulyaert e Vladimir Carvalho.

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, ressaltou que

o portal é resultado de um trabalho que vem sendo feito para ampliar a comunicação do Senado com o cidadão. Para ela, a interatividade é uma importante ferramenta de participação democrática.

— Um projeto de lei de iniciativa popular exige a assinatura de mais de 1 milhão de pessoas. O portal permite que o cidadão participe do processo legislativo de forma direta e efetiva. É fácil e rápido acessar e participar — explicou Claudia Lyra.

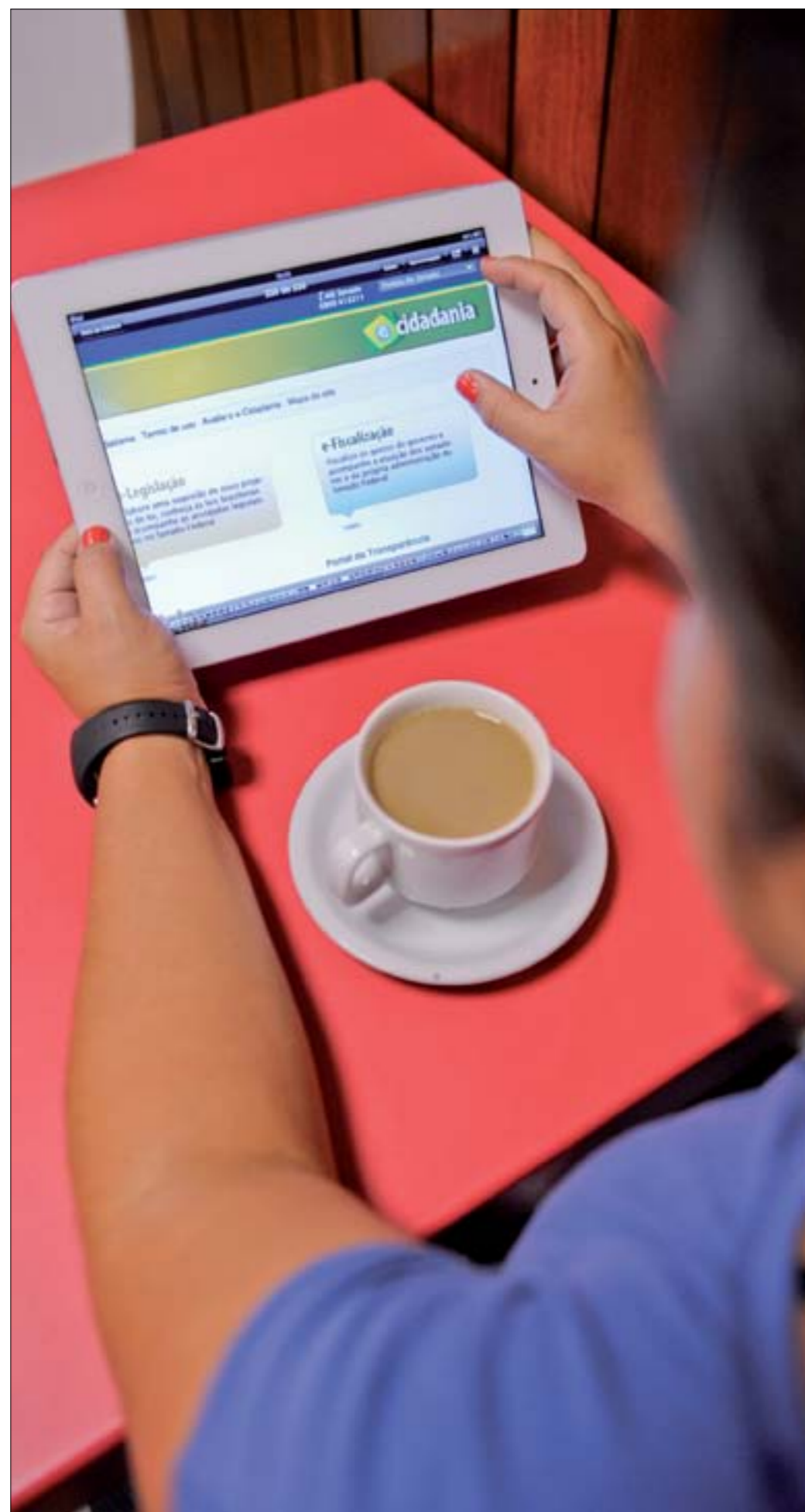
Mais participação

Além da interatividade, o portal reúne em uma mesma página na internet informações sobre a atividade legislativa e mecanismos de fiscalização do poder público, com grande parte dos dados em formato aberto. Os portais da Ouvidoria, da Transparência e da Copa são algumas das iniciativas que já eram oferecidas pelo Senado na internet e que são encontradas agora em um mesmo espaço virtual.

Por meio dos recursos disponibilizados pelo e-Cidadania, o cidadão pode participar da atividade legislativa de diversas formas. É possível, por exemplo, acompanhar o trabalho do senador, enviar mensagem para o parlamentar e encaminhar sugestões para as comissões sobre temas em debate na Casa. O público pode ainda participar de enquetes sobre projetos de lei em tramitação no Senado.

A transparência é outro aspecto importante do e-Cidadania. Informações sobre cotas para o exercício da atividade parlamentar, relação de servidores e respectivos cargos e dados sobre compras realizadas pelo Senado são algumas das informações que podem ser encontradas no Portal da Transparência.

Há ainda outros serviços que ajudam a tornar mais transparente a administração pública e possibilitam a fiscalização por parte do cidadão. O Portal LexML e as ferramentas SigaBrasil e GeoSiga dão acesso a dados de União, estados e municípios, como orçamento, transferências de recursos e jurisprudência, entre outros, e podem ser consultados no portal (*veja quadro Os serviços do e-Cidadania*).



Propostas precisam receber, no mínimo, 20 mil votos dos internautas para começar a tramitar no Senado

Ferramenta atende à Lei de Acesso à Informação

O Portal e-Cidadania faz parte de um conjunto de medidas adotadas pelo Senado para atender às exigências da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 16 de maio. A lei regulamenta o acesso a documentos sob a guarda do poder público.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

— Antes, de ser criada a Comissão Permanente de Acesso a Documentos do Senado, criada para ajudar a direção da Casa a classificar os documentos. O Senado também instalou um balcão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), próximo ao Plenário.

O Senado também foi pioneiro na implantação de um sistema de comunicação social, que hoje conta com TV, rádio, jornal e agência de notícias. Em 2009, foi a vez do Portal da Transparência na internet.

Já a Ouvidoria foi inaugurada em 2011. O órgão recebe e encaminha sugestões e críticas sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado, enviadas tanto pelo público externo como pelo público interno (senadores e servidores).

A novidade é que Alô Senado e Ouvidoria vão trabalhar em conjunto, a partir de agora, para atender ao cidadão. A Ouvidoria — que tem o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) como ouvidor-geral — também vai atuar em parceria com os outros órgãos do Poder Legislativo. No dia 24, Senado, Câmara e Tribunal de Contas da União assinaram acordo de cooperação que prevê o compartilhamento de recursos tecnológicos, materiais e de pessoal visando atender melhor aos cidadãos.

Ações estimulam democracia direta, avalia Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse, no lançamento do e-Cidadania, que a interatividade proporcionada pelas mídias sociais e pela tecnologia é o caminho para que a população exerça, no futuro, a democracia direta.

Democracia direta é o sistema de governo em que

os próprios cidadãos discutem e votam questões de interesse da comunidade, tomando decisões que são válidas para todos. Ela se contrapõe à democracia representativa, na qual as decisões são tomadas por representantes políticos eleitos pela população. Assim, a

participação popular se dá de forma indireta e periódica. Esse sistema é o mais comum nas sociedades democráticas contemporâneas.

No entanto, na avaliação de Sarney, vive-se hoje uma crise da democracia representativa. Em entrevista ao *site Congresso em Foco*,



José Sarney, entre Eduardo Leão, Fernando Cesar Mesquita e Davi Emerich, recebe exemplar da revista *Em discussão!*

Sigilo da informação foi debate no Senado

O projeto que deu origem à Lei de Acesso à Informação Pública (12.527/11) foi aprovado pelo Senado, em outubro passado, após intenso debate sobre o sigilo de documentos.

O relator da proposta, Fernando Collor (PTB-AL), apresentou substitutivo recuperando a proposta original do Executivo, que estabelecia prorrogações ilimitadas do prazo de 25 anos de sigilo para documentos classificados como ultrassecretos. Mas o substitutivo foi rejeitado em Plenário em favor do texto da Câmara, que permitia apenas uma prorrogação.

A lei segue o princípio de

que o acesso à informação pública deve ser a regra e o sigilo, a exceção. Para isso, determina a criação, em todas as instituições públicas, de serviços de informação ao cidadão (SICs) e estabelece procedimentos, normas e prazos para o atendimento das demandas.

Estão sujeitos à lei órgãos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em níveis federal, estadual, distrital e municipal, assim como tribunais de contas e o Ministério Público.

Uma informação pública somente pode ser classificada como sigilosa quando colocar em risco a segurança

da população, a soberania nacional, as relações internacionais e as atividades de inteligência.

Informações sob a guarda do Estado que dizem respeito à intimidade, honra e imagem das pessoas não são públicas e ficam protegidas por um prazo de cem anos. Já informações relativas a direitos humanos não podem ser objeto de restrição de acesso.

A lei também responsabiliza o servidor que descumprir as determinações legais. Recusar a fornecer informação e destruir ou alterar documentos podem caracterizar infração ou improbidade administrativa.

novas tecnologias fazem com que a vontade do povo se expresse em tempo real.

Sarney lembrou que foi sob a forma de participação direta que a democracia nasceu na Grécia Antiga. Para ele, a ampliação da interatividade entre o Senado e o cidadão valoriza a democracia direta.

Sarney recebe revista sobre a Rio+20

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a 11ª edição da revista *Em discussão!*, sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A revista aborda os temas da reunião, bem como as contribuições e a participação do Senado no evento, que aconteceu no Rio de Janeiro de 13 a 22 de junho. Participaram da entrega os diretores da

Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita; de Jornalismo, Davi Emerich; do **Jornal do Senado**, Eduardo Leão; e a coordenadora de Fotografia Jornalística, Paula Cinquetti.

A revista tomou como base os debates promovidos por duas subcomissões para tratar da Rio+20, que funcionam nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente (CMA). As audiências com especialistas debateram temas que estarão na conferência, como economia verde, energia e água, entre outros.

A revista também traz um histórico das negociações, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, para os problemas do meio ambiente e sobre desenvolvimento sustentável. O lançamento da revista deve acontecer nos próximos dias.

Mesa debate a divulgação dos salários da Casa

O presidente do Senado Federal, José Sarney, informou hoje que a Comissão Diretora se reunirá na próxima quinta-feira para decidir sobre os encaminhamentos relacionados à divulgação pública dos salários dos servidores. Na semana passada, Sarney já havia anunciado a divulgação de portaria pelo Ministério do Planejamento, disciplinando o tema na esfera do Executivo.

Segundo dados do Portal da Transparência, o Senado contava nesta segunda-feira com 6.230 funcionários, sendo 3.095 efetivos e 3.135 comissionados.

Dados abertos para o cidadão

O Portal e-Cidadania possui um setor de dados abertos sobre a atividade legislativa, a administração do Senado e o Orçamento da União. As informações podem ser acessadas via HTML ou baixadas pelo sistema *open data*.

Dados abertos são informações processadas em

formato que permite a sua reutilização por qualquer pessoa ou instituição para elaboração de documentos, planilhas, tabelas, entre outros. Podem, inclusive, ser redistribuídos livremente, estando, no máximo, sujeitos à exigência de creditar a autoria e de preservar a licença aberta.

Acesso em números

- ▶ **1,3 milhão** de consultas por mês ao **Portal do Senado** na internet
- ▶ **1,1 milhão** de manifestações encaminhadas ao **Alô Senado** em 2011; **74%** delas dizem respeito a leis e projetos de lei
- ▶ Mais de **2 mil** seguidores do perfil **@AloSenado** no Twitter e **200 tweets** endereçados ao perfil por mês
- ▶ **250** mensagens recebidas por mês, em média, pela **Ouvidoria**

Os serviços do e-Cidadania

O Portal e-Cidadania possui três dimensões principais: fiscalizadora, legislativa e de representação. Cada uma oferece ferramentas específicas de interatividade. O portal também tem caráter educativo, com um setor destinado a cursos *on-line*, vídeos educativos, acesso à Biblioteca Digital e a publicações do Senado

e-Representação

- ▶ **Proposição de debate:** o cidadão pode apresentar sugestões de audiências públicas a serem realizadas pelas comissões do Senado.
- ▶ **Enquete:** pesquisa de opinião sobre propostas em tramitação no Senado. Além de se posicionar contra ou a favor, o cidadão pode comentar o projeto em questão.
- ▶ **Acompanhe o trabalho dos senadores:** disponibiliza o perfil parlamentar dos senadores, seus discursos, votações e proposições.
- ▶ **Envie mensagem para os senadores:** oferece o serviço Alô Senado para o envio de mensagem aos senadores.
- ▶ **Ouvidoria do Senado:** recebe críticas, reclamações, denúncias e elogios sobre as atividades administrativas e legislativas do Senado.
- ▶ **Twitter:** www.twitter.com/e_cidadania
- ▶ **Facebook:** www.facebook.com/eCidadaniaSF

e-Legislação

- ▶ **Ideias legislativas:** espaço para proposição de novas leis.
- ▶ **Atividade legislativa:** apresenta planilhas e arquivos para serem utilizados por cidadãos e entidades da sociedade civil, com informações sobre parlamentares, comissões e órgãos do Senado, projetos e matérias legislativas, entre outros.
- ▶ **Notícias:** reportagens jornalísticas produzidas pelos veículos de comunicação do Senado sobre propostas em tramitação.
- ▶ **LexML:** portal que visa unificar, organizar e facilitar o acesso às informações sobre legislação, jurisprudência e proposições legislativas de órgãos das administrações públicas federal, estadual e municipal.
- ▶ **Jovem Senador:** programa do Senado que proporciona aos estudantes do ensino médio conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo.
- ▶ **TV Senado:** transmissão ao vivo, em oito canais na internet, dos trabalhos do Plenário e das comissões.

e-Fiscalização

- ▶ **Portal da Transparência:** portal que possibilita o acompanhamento da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira do Senado.
- ▶ **Siga Brasil:** sistema de informações sobre o Orçamento da União, que permite acesso amplo e facilitado ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta.
- ▶ **GeoSiga:** apresenta informações sobre transferências de recursos federais a estados e municípios por meio de mapas e com a utilização de filtros de ano, mês e população.
- ▶ **Acompanhe emendas parlamentares:** por parlamentar, comissão ou bancada; por município e estado; por ministério.
- ▶ **Portal da Copa:** acompanhe os gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014

Saiba mais

- Portal e-Cidadania**
www.senado.gov.br/ecidadania
- Alô Senado**
0800-612211
www.senado.gov.br/alosenado
www.twitter/alosenado
- Ouvidoria**
www.senado.gov.br/ouvidoria/
- Visita Virtual**
www.senado.gov.br/visitavirtual/
- Portal de Notícias**
www.senado.gov.br/noticias
- Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em**
www.senado.gov.br/jornal